

UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

MARYANNI REINALDO GOMES DO NASCIMENTO

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NAS OBRAS DE MIGUEL GUILHERME
NA CIDADE DE SUMÉ

CAMPINA GRANDE
2021

MARYANNI REINALDO GOMES DO NASCIMENTO

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NAS OBRAS DE MIGUEL GUILHERME
NA CIDADE DE SUMÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Programa de Graduação em
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
graduado em História.

Orientadora: Ma. Márcia de Albuquerque Alves.

**CAMPINA GRANDE
2021**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N244m Nascimento, Maryanni Reinaldo Gomes do.
Memória, história e patrimônio nas obras de Miguel
Guilherme na cidade de Sumé [manuscrito] / Maryanni
Reinaldo Gomes do Nascimento. - 2021.
33 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2022.

"Orientação : Profa. Ma. Márcia de Albuquerque Alves ,
Departamento de História - CEDUC."

1. Patrimônio cultural. 2. Memória. 3. Sumé - Paraíba. I.
Título

21. ed. CDD 801.95

MARYANNI REINALDO GOMES DO NASCIMENTO

**MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NAS OBRAS DE MIGUEL GUILHERME
NA CIDADE DE SUMÉ**

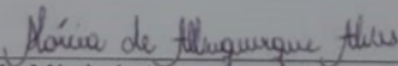
Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo)
apresentado ao Programa de Graduação em
História da Universidade Estadual da Paraíba,
como requisito parcial à obtenção do título de
graduado em História.

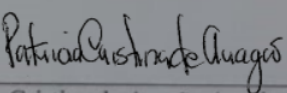
Área de concentração: Educação Patrimonial

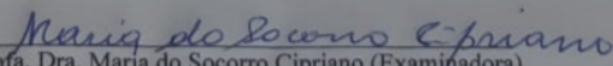
Aprovada em: 11/10/2021.

Nota: 10,0

BANCA EXAMINADORA


Prof. M^a. Mônica de Albuquerque Alves (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Patricia Cristina de Aragão Araújo (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Maria do Socorro Cipriano (Examinadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Recordar é Viver, 1965, Coleção Museu de Arte de Assis Chateaubrian	16
Figura 02 - Foto do autor ao lado de obra.....	16
Figura 03 - O batismo, Capela de São Sebastião Mártir.....	17
Figura 04 - Família Sagrada.....	17
Figura 05 - Pintura de autoria de Miguel Guilherme antes de ser apagada.....	18
Figura 06 - Pintura de Miguel Guilherme antes de ser apagada, com falas de Chico Pereira na parte inferior.....	18
Figura 07 - Pintura de Miguel Guilherme antes de ser apagada, com falas de Chico Pereira na parte inferior.....	18
Figura 08 - Herói Anônimo (Técnica mista 1963 - 1,17 X 3, 26 m).....	19
Figura 09 - Detalhe das palavras do artista ao lado do painel com a assinatura.....	19
Figura 10 - Cruzeiro-localizado na Praça Adolfo Mayer.....	21
Figura 11 - Teto da capela do sítio feijão.....	21
Figura 12 - Jesus a caminho do calvário.....	22
Figura 13 - Forro da igreja de Nossa Senhora da Conceição em Sumé-PB.....	22

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	5
2 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE.....	7
2.1 O que torna um “bem” Patrimônio Cultural?.....	13
3 MIGUEL GUILHERME: VIDA E OBRA	15
3.1 Herói Anônimo - Patrimônio Cultural.....	19
4 AS OBRAS DE MIGUEL GUILHERME: PATRIMÔNIO E HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA.....	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	28
REFERÊNCIAS.....	29

MEMÓRIA, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NAS OBRAS DE MIGUEL GUILHERME NA CIDADE DE SUMÉ

Maryanni Reinaldo Gomes do Nascimento¹

RESUMO

O artigo presente procura analisar e apresentar como as obras de Miguel Guilherme, que carregam valor histórico e cultural, construíram ao longo do tempo os significados que as tornam patrimônio cultural do município de Sumé-PB. O método utilizado foi o da análise bibliográfica. Através do estudo das fontes Ferreira (2013), Gomes (2010) e Alves (2016) foi possível observar o valor reconhecido bem como a importância da obra “Herói Anônimo” no contexto da história da Paraíba além de caráter de representante da cultura sumeense. São utilizados como aporte os escritos de Maria Tereza Duarte Paes (2009), Eliete de Queiroz Gurjão (2013), Sandra Jatahy Pesavento (2004, 2006), Françoise Choay (2001) e Paul Ricoeur (1994, 2007). Ao longo das leituras e pesquisas se pôde observar a presença do artista em Sumé e o reconhecimento do estado e dos gestores para o valor das obras localizadas no antigo sítio Feijão e na mencionada “Herói Anônimo” localizada na praça Adolfo Mayer.

Palavras-Chave: Miguel Guilherme; Patrimônio Cultural; Memória; Sumé.

ABSTRACT

This paper analyzes and presents how the works of Miguel Guilherme, which carry historical and cultural value, built over time meanings that made it a cultural heritage in Sumé-PB. With the study of the sources Ferreira (2013), Gomes (2010) and Alves (2016) was possible to observe recognized value as well as the importance of “Herói Anônimo” in context with history of Paraíba, in addition to its character as a representative of the sumeense culture. The work represents a bibliographic research supported by Maria Tereza Duarte Paes (2009), Eliete de Queiroz Gurjão (2013), Sandra Jatahy Pesavento (2004, 2006), Françoise Choay (2001) and Paul Ricoeur (1994, 2007). Through the readings and research, it was possible to observe the artist's presence in Sumé and the state and public administrators recognition of the value of the works located in the first named Feijão farm and in the above-mentioned “Herói Anônimo” located in the Adolfo Mayer square.

Key-words: Miguel Guilherme; Cultural heritage; Memory; Sumé.

1 INTRODUÇÃO

Falar sobre arte e preservação toca a essência do humano e os seus valores. Onde quer que se pousem os olhos ou onde se dedique a devida atenção é possível escutar uma canção oculta. A arte é um reflexo de um povo, faz parte da cultura e identidade, inspira novos

¹ Graduanda do curso de Licenciatura Plena em História, pela Universidade Estadual da Paraíba(UEPB). E-mail: gomesmaryanni@gmail.com.

artistas e registra os costumes, momentos históricos e a vida humana. Segundo Maria Tereza Duarte Paes (2009, p. 1) o patrimônio enquanto categoria mediaria os mundos duais do material e imaterial “o corpo e o espírito, o sagrado e o profano, o passado e o presente”.

É através da arte que a catarse pode ser feita, criando ou consumindo a arte em todas as suas formas, causando impacto ao observador.

A narrativa que o historiador constrói busca compreender os feitos humanos em diferentes contextos temporais. Assim, segundo Ricoeur, o historiador faz o papel de intercessor entre as inquietações vividas no presente e a morte, ou seja, com aquilo que já sucumbiu e habita os domínios do passado, pois “as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas” (RICOEUR, 1994 : 116 *apud* NETO, p. 3 2011)

Esses feitos e o efeito que obras, monumentos, costumes, modos de fazer, causam nas pessoas geram relações de identidades que inspiram as vidas humanas que vão ser tocadas por essas produções do passado e do passado no presente. O cheiro de uma cidade. O cheiro de pão sendo preparado na padaria, uma cidade que cheira a fritura pela sua tradição com salgados, ou por ser litorânea carregar uma cultura de frutos do mar muito forte, não só cheiros agradáveis, mas também os que torcem o nariz. A praça que cheira a fezes de pombos que da mesma maneira se torna um cheiro que afeta. O motivo pelo qual certa rua foi construída àquela maneira, o que ela imprime em seus visitantes e nos seus moradores: orgulho, raiva, saudade, tristeza, resistência, passividade, etc. O que o quadro conta, o que o monumento revela, o que um simples símbolo em uma pintura traz à tona sobre o autor que não se sabia em vida. Falar do Patrimônio é também falar da emoção.

Miguel Guilherme dos Santos foi um artista da cidade de Sumé, Paraíba. O seu “contar” de narrativas faz parte da identidade caririzeira e sumeense. Suas obras estão presentes na Igreja Imaculada Conceição em Sertânia- PE, na Igreja Matriz de Monteiro, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande, na Capela São Sebastião no antigo Sítio Feijão. Artista autodidata, Miguel explorava a pintura e a escultura, aprendia enquanto criava.

E ao se impactar com a obra, várias inquietações nasceram, dentre elas como as obras de Miguel Guilherme tornaram-se patrimônio histórico da cidade de Sumé? É a questão problema que se coloca. A quantidade de produções científicas disponíveis que falam diretamente sobre a obra e importância patrimonial de Miguel Guilherme é pequena: um catálogo feito pelo Mobral em jornal com escritos de Chico Pereira (artista plástico); além do documentário de autoria de Ana Célia da Silva Gomes “Menino Artífice” (2010) que serviu como conclusão do curso de Comunicação Social; a tese de Mestrado de Líbna Naftali Lucena Ferreira “Imagens da arte: a cidade de Sumé/PB e o ensino das artes visuais”(2013), no qual além da obra de Miguel Guilherme vai explorar toda a cultura sumeense, na sua dança, costumes e História; e o Parecer elaborado pela Profa. Márcia de Albuquerque Alves, Coordenadora de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais do IPHAEP, em defesa do tombamento das obras do artista. No intuito de contribuir com a disseminação destes conhecimentos, transmitir a diversidade e particularidade artística do município de Sumé, ampliar os escritos sobre o Patrimônio Cultural da cidade, que esse trabalho será feito.

Falar sobre o lugar de origem é trabalho também do historiador; apresentar a História Local é tão importante para a identidade do povo quanto para a cultura, tornando essa discussão disponível para mais pessoas. Nesse sentido, o trabalho aqui presente objetiva analisar como as obras de Miguel Guilherme tornaram-se ao longo do tempo um patrimônio guardião da memória histórica da Cidade de Sumé.

O artigo se compõe de Introdução, com uma apresentação breve do tema a ser tratado. O segundo item abordará especificamente sobre Patrimônio, Memória e Identidade. Ao

terceiro item será contada a História do artista Miguel Guilherme, bem como a apresentação do painel pictórico “Herói Anônimo” enquanto Patrimônio cultural da Paraíba, além disso, uma análise de possibilidades no Ensino de História no quarto item se mostra a importância da obra do artista Miguel Guilherme dos Santos. Além de Maria Tereza Duarte Paes (2009), dialoga-se com os escritos de Eliete de Queiroz Gurjão (2013), Sandra Jatahy Pesavento (2004), Françoise Choay (2001), Paul Ricoeur (1994, 2007) entre outros. O trabalho adota como caminho metodológico uma análise bibliográfica.

2 PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

A vida se difere para quem reside nas cidades e para quem só as visita. Através das estruturas complexas imaginadas por Ítalo Calvino (1972) no seu livro “As cidades invisíveis” é possível notar as teias construídas em torno das cidades e dos objetos e personagens que ali se encontram, nas quais o personagem Marco Polo é movido pelos afetos ali presentes, além de por meio da própria visão, imprimir as interpretações de acordo com suas experiências que relata a Kublai Khan.

O cenário fictício estabelecido por Calvino (1972) traz reflexões que servem de ferramenta para uma relação direta com o Patrimônio, a Memória e a Identidade. O texto é permeado de metáforas. Em um trecho existe o relato de Eusápia, que preserva seus mortos como estátuas mumificadas (ou como outra espécie de preservação) para gravar as memórias ao mesmo tempo em que se inspiram nessas vidas que já passaram e nos seus feitos, verdadeiros ou construídos para enriquecer a narrativa.

Existem personagens encapuzados que mantêm a ordem desse lugar, podendo ser interpretados como os historiadores, com a vontade de preservação ou ao mesmo tempo em que são o que são. Ou ainda como um submundo, um pós-morte nos quais a Memória permanece viva. O Patrimônio cultural estaria relacionado a essa preservação, que busca reunir as características de uma cultura local, de uma cidade e de costumes. A Memória seria uma ferramenta muito cara à História que não se trata, no entanto da “História em si”. Para a identidade pode-se dizer um conjunto de características nas quais um povo ou um indivíduo se sente representado, remete também ao sentimento de pertencimento, mas não apenas isso. Desse modo, este tópico pretende explorar as especificidades do Patrimônio, da Memória e Identidade.

É na França que se encontram as raízes de preservação patrimonial. Momentos de Revolução, quebra de paradigmas e construção de novos, geralmente são marcados pelo estabelecimento de novas relações com o passado e o presente para a formação de um futuro.

Como visto, a noção de patrimônio nacional surgiu no nascimento da República Francesa, como um mecanismo de governo destinado a proteger e conservar bens que haviam sido transformados em propriedades da nação. Propiciaram o surgimento dessa estratégia o moderno discurso histórico, que então se constituía como instrumento de luta política; as práticas ancestrais de comunicação e representação simbólica, por meio da instituição de monumentos; e, ainda, os procedimentos de recolhimento, documentação, classificação e registro de antiguidades, elaborados por eruditos e colecionadores. Esses elementos, de origens e funções distintas, foram integrados naquele momento com a finalidade de proteger propriedades públicas e também de controlar a construção de uma memória coletiva relacionada a uma nova identidade nacional. (FERNANDES, 2017, p. 25)

Ora, o que seria preservado diz respeito também a algo que seria esquecido, ao se priorizar os discursos que promovam certas preservações de características se está desfazendo ou deixando de lado outra. É o que diz Paes (2009, p. 4):

Ao analisarem dois processos de reabilitação de centros históricos, o de Barcelona, na Espanha, e o de Bordeaux, na França, Vlès et Berdoulay (2005) identificam um processo de redução narrativa nestas intervenções. Lembram que a seleção feita para recriar a imagem destas cidades exclui a diversidade da memória de outras identidades culturais que não aquelas eleitas para a produção de uma imagem de riqueza, opulência, beleza, prestígio, entre outros atributos que conferem, segundo os especialistas em planejamento e marketing, positividade à imagem destas cidades.

O texto de Paes (2009) vai explorar ainda como os significados podem se perder ao se priorizar essa venda de uma imagem idealizada ao passo que toda a ritualística dos eventos, seus momentos que dependem de épocas específicas do ano, se tornam meramente atração para turistas.

Salvador, no Estado da Bahia, apesar de ser uma boa referência em termos de recuperação da arquitetura colonial, e de organização das atividades turísticas, do ponto de vista da sua refuncionalização foi segregador, pois a população do Pelourinho, sobretudo de pobres e negros, foi direta ou indiretamente expulsa, mudando completamente as características do lugar. (PAES, 2009, p. 6)

A autora entra em reflexões sobre uma teatralização das culturas que representam uma determinada região, quando a população local é afastada, e por ironia o que antes lhe era questão do dia a dia ganha valor luxuoso, e que desse luxo nada se é aproveitado por quem ali residia em primeiro lugar. Mais a frente sobre o caso, Paes (2009, p. 7) escreve:

Só recentemente, na sétima fase do Programa de reabilitação do Pelourinho, a preocupação com a permanência da população que sobreviveu ao processo aparece como uma das prioridades, após a constatação de que a dinâmica dos centros históricos está visceralmente marcada pela presença de suas populações, por mais que o turismo seja ativo nestas áreas.

Os espaços que moravam famílias inteiras se tornam mercadoria para os viajantes que estão ali para admirar a ideia, ou viver uma experiência que não existe mais. Cita ainda o exemplo de São Luiz do Paraitinga:

Em São Luiz do Paraitinga, assim como em inúmeros outros casos, é visível que a preocupação do poder público com a organização do turismo no território se sobrepõe às estratégias de desenvolvimento local para a população como um todo. Os moradores vão ocupando cada vez mais as áreas periféricas ao Centro Histórico, e habitando em loteamentos ainda muito carentes em infra-estrutura urbana, transformando os traços identitários desta população em artigo de luxo para ser vendido nas temporadas turísticas. (PAES, 2009, p. 7)

Ana Fernandes (2017) conversa, se utilizando de argumentos similares, corroborada por Paes (2009) e Pesavento (2006) ao exemplificar como os esquecimentos também fazem parte desse processo de Memória e Patrimônio.

Ao estabelecer e legitimar uma repartição entre o que podia ser destruído e o que devia ser preservado, o dispositivo de patrimônio provou ter grande utilidade socioeconômica. Valorizando e protegendo determinados bens, identificava raízes históricas e contribui para o equilíbrio emocional de uma sociedade imersa em mudanças profundas no seu ambiente. Ao desvalorizar outros, autorizava sua destruição e permitia que as transformações requeridas pela industrialização se processassem sem maiores dificuldades. (FERNANDES, 2017, p. 26)

Acerca dos conhecimentos sobre Patrimônio, Silva (2000) vai destacar o ponto estabelecido por Garrigós “(..) administrá-lo de tal modo que, não só não se deteriora e pereça, mas que também se reabilite, se enriqueça, seja conhecido e desfrutado por todos e se converta num elemento de desenvolvimento económico e social” (GARRIGÓS, 1998, p. 171 apud SILVA, 2000, p. 222). Buscando assim uma relação direta para com os habitantes locais, lembrando que se não em auxílio para com as populações do local de origem essa preservação acaba se fetichizando ao se objetivar apenas o espetáculo do exótico. Nesse sentido, o turismo é um aliado e deve ser um aliado do patrimônio.

Ainda neste sentido, Choay (2001) apresenta que as referências e expansão do conhecimento sobre patrimônio, além de proximidade, das atuais definições se deve a uma “mundialização dos valores” A autora busca através de seu texto apresentar uma origem para as discussões da preservação e os processos que foram necessários para a concepção que se tem de patrimônio:

A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembléia Geral da Unesco. Esse texto baseava o conceito de patrimônio cultural universal no de monumento histórico - monumentos, conjuntos de edifícios, sítios arqueológicos ou conjuntos que apresentam “um valor universal excepcional do ponto de vista da história da arte ou da ciência”. Estava assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores quanto a esse tema. (CHOAY, 2001, p. 207-208)

Entre outros aspectos, Choay (2001) vai explorar em seu texto que com o desenvolvimento das noções de patrimônio se foi, ao mesmo tempo, adquirindo em seu conceito e no seu executar um caráter que envolvia valores capitalistas e mercadológicos. Desde a entrada do estabelecimento até a sua manutenção e exibição. O mercado se envolveu também na preservação. Pensando então para como o patrimônio foi se adaptando, a autora fala da reutilização, das vantagens e dos pontos que são mais complicados.

A reutilização, que consiste em reintegrar um edifício desativado a um uso normal, subtraí-lo a um destino de museu, é certamente a forma mais paradoxal, audaciosa e difícil da valorização do patrimônio. Como o mostraram repetidas vezes, sucessivamente. Riegl e Giovannoni, o monumento é assim poupado aos riscos do desuso para ser exposto ao desgaste e usurpações do uso: dar-lhe uma nova destinação é uma operação difícil e complexa, que não deve se basear apenas em uma homologia com sua destinação original. Ela deve, antes de mais nada, levar em conta o estado material do edifício, o que requer uma avaliação do fluxo dos usuários potenciais. (CHOAY, 2001, p. 219)

Portanto, conceitualmente, o Patrimônio pode ser compreendido como Natural, com tudo que vem da natureza, tais como paisagem, montanhas, pedras, picos, entre outros; e Cultural, o qual pode ser material (tangível) e imaterial (intangível). Existindo no patrimônio cultural tangível ainda o patrimônio móvel (e integrado) e o imóvel. Para o tangível se apresenta a matéria como sua principal fonte, a produção humana material que apresenta um valor que é estabelecido por uma sociedade. O intangível se caracteriza por representar as práticas, modos de fazer, formas de expressão, celebrações, rituais, entre outros, de uma sociedade, cultura ou povoado. Quanto ao Patrimônio Natural, este é composto pelas criações naturais e características de uma região.

As colunas espalhadas pelo chão" são sinais, ainda que trágicos, não de um passado glorioso, mas da decadência política e da incúria dos indivíduos. A cidade descuidada, os prédios, as ruas e os bairros degradados, os monumentos e o restante

patrimônio abandonado assinalam, para Simmel, não a cidade em ruínas, mas antes a cultura arruinada. Quando o passado é um destroço, o presente fica hipotecado e, ainda seguindo o pensamento de Simmel e para lhe fazer merecida justiça, pode dizer-se que, para salvar o passado e respeitar o presente, será precisa uma política capaz de manter e preservar o nosso patrimônio e, persistentemente, " revesti-lo do máximo encanto. (FORTUNA, 2013, p. 32)

Fortuna (2013) nos apresenta essa reflexão com chamado à ação para tratar com a seriedade merecida as questões que envolvem o Patrimônio. A exemplo das consequências do descaso para o tratamento com o Patrimônio pode-se citar o incêndio recente do Museu Nacional no Rio de Janeiro ocorrido em 02 de setembro de 2018², com uma perda inestimável, depois em 2019 aconteceu também o incêndio de Notre-Dame³. No momento o Museu Nacional se encontra em processo de reconstrução.

Fazendo as pontes mentais, atenta-se para as noções do que devia ser preservado, nem sempre se esteve no que diz respeito à esfera pública, e se tratando de Brasil, muito das raízes e galhos das culturas afro-brasileiras não eram e ainda infelizmente não são consideradas pelas elites como representantes da imagem do Brasil. Gilberto Velho (2007) exemplifica essa situação quando em seu texto “Patrimônio, Negociação e Conflito” vai tratar do desafio que foi o tombamento do primeiro terreiro de Candomblé.

Havia dúvidas também quanto à situação legal do terreno ocupado por Casa Branca. O próprio prefeito de Salvador, presente à reunião, enviou uma nota à presidência afirmando que a posse do terreno pelo terreiro de Casa Branca estava assegurada pela prefeitura. Houve intenso debate com prós e contras. Como já disse, alguns argumentos contrários tinham suas razões e explicações a partir do que vinha sendo feito até então. No entanto, não posso evitar de mencionar que, em alguns casos, poderia haver um certo desprezo pelo que consideramos importantes manifestações culturais da nação brasileira. (VELHO, 2007, p. 251)

Evidencia-se nesse trecho o apego a métodos e à norma, o passo dado por Velho (2007) dizia respeito a algo sem precedentes, ou seja, a defesa para o tombamento da Casa Branca enfrentou as barreiras da mentalidade da época. O autor inclusive chama atenção com o devido cuidado para “(...) compreender mesmo a posteriori, a complexidade das situações e dos conflitos” (2007, p. 260).

Marcia Sant’Anna (2017) atentará inclusive para a função e o exercício do poder que carrega as engrenagens que fazem funcionar a máquina a vapor, que mantém aquecidas as estruturas do Patrimônio. Como a autora destaca, enquanto se expande a cultura e suas delimitações e significados, rearranjos, etc., mais se expandem também as áreas que o Patrimônio agrega. Nesse sentido, Sant’Anna vai defender que esses processos podem servir tanto à complexidade da existência humana como ao mercado, se tornando assim também mais uma ferramenta para o capitalismo.

² Disponível em:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/apos-mais-6-h-bombeiros-controlam-incendio-no-museu-nacional-no-rio-shtml> Acesso em: 07 set. 2021.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45348664> Acesso em: 07 set. 2021.

³ Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/15/fogo-na-igreja-de-notre-dame-em-paris-e-relatado-em-redes-sociais.ghtml> Acesso em: 07 set. 2021.

Disponível em:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47939068> Acesso em: 07 set. 2021.

Ao produzir significado, o dispositivo de patrimônio produz identidade e produz diferencial, isto é, algo que tem, atualmente, tanto valor de mercado quanto importância como estratégia de valorização. Por essa razão, mais e mais objetos e práticas reivindicam o status de patrimônio. Por isso, a lógica da preservação se estende a tudo e seu universo de aplicação, tradicionalmente seletivo e restrito, se expandiu para todo o campo da produção cultural, assim como ao domínio da natureza. Ao atingir a máxima generalização, entretanto, e ao inserir-se em estratégias relacionadas ao consumo, o dispositivo produz uma mercadoria sujeita aos processos de saturação, vulgarização e desvalorização, inerentes à superexposição e à oferta excessiva no mercado. Assim, ao atingir o seu ápice, o dispositivo de patrimônio encontra também seu ponto de saturação, o que poderá, em futuro próximo, enfraquecer seu papel econômico e inviabilizar seu papel político. Entretanto, na medida em que a história e a cultura – suas matérias básicas – estão em permanente devir, sempre haverá produção de patrimônio e, assim, a possibilidade de que esse dispositivo adquira novos sentidos e novas funções. (SANT’ANNA, 2017, p. 70)

As palavras de Sant’Anna (2017) dialogam com Paes (2009) quando a autora exemplifica Salvador nesse processo em que a mercantilização teve mais interesse que o crescimento mútuo entre Patrimônio e moradores.

Pessoas esquecidas, riqueza ostentada. Consequência essa do não pensar o sistema mantenedor junto ao contexto ali envolvido. Para que se busque uma diferenciação seria necessário um engajamento para preservar o espaço juntamente aos sistemas sociais e afetivos que ali já existem, das pessoas que possuem e utilizam daquele espaço, buscando uma melhoria da qualidade de vida dos moradores, podendo gerar também empregos.

Meneses (2006) traz o comparativo entre Tiradentes, Minas Gerais e Ávila, Espanha. O autor destaca algumas características em que se formou a preservação dessas duas cidades, mostrando como uma boa ou má gestão influenciam na experiência cultural e patrimonial de moradores e turistas. Meneses (2006) argumenta que para Tiradentes não se construiu uma preservação que buscou um envolvimento direto da população local, escanteando-a, o que contrasta com Ávila, que oferece uma verdadeira experiência cultural, que desde o início buscou um envolvimento comercial com a população. Meneses (2006) explicita a necessidade dessa preservação em harmonia com a população, com o fluir das gerações, viva, com a sociedade e cultura local que estão ali, orgânicas, e que se expandem. Ou seja, tudo isso articulado com o que foi e com o que será juntamente com o que está sendo e acontecendo. O autor comenta:

[...] planeja a atividade de um turismo prolongado e valorativo da herança histórica, com aderência à realidade econômica de sua população, mantendo os moradores participantes da economia advinda da atividade turística. (MENESES, 2006, p. 28)

Unindo as falas dos autores Meneses (2006) e Paes (2009) que se complementam, se observa que para uma preservação harmoniosa a busca por estratégias que envolvam todo um conteúdo cultural, que seja valorizado e preservado, bem como as estruturas sociais e culturais locais para que se unam em um organismo que funciona com suas estruturas bem estabelecidas, construindo uma noção de Patrimônio que faz sentido no ambiente em que se apresenta, em toda sua estrutura, dos objetos individuais e de toda a obra patrimonial composta. Com essas informações em mente em uma entrevista recente Burke (2020, p. 512) sugere:

Para combater a comercialização e a disneyficação, os locais do patrimônio devem ser administrados por órgãos sem fins lucrativos, com o objetivo de informar e educar os visitantes (nativos ou estrangeiros, adultos ou crianças). Isso já acontece

em muitos lugares. Pode ser divertido, como no caso do Jorvik Viking Center em York, onde a ambientação atinge o nariz, os olhos e ouvidos dos visitantes!

Sobre a Memória Pesavento (2006) nos apresenta a informação seguinte em sua obra “Memória e História: As marcas da violência”:

O que lembrar, o que esquecer, o que é incorporado no arquivo de memória como expressão de um passado partilhado pela comunidade e que passa a se revestir de positividade para a história de um povo é também fruto de escolhas. (PESAVENTO, 2006, p. 11).

Quais histórias vão ser tratadas como importantes quais histórias vão merecer a monumentalização para serem lembradas, eis a questão que se coloca, fazendo a ponte argumentativa, agora direcionada inteiramente para a Memória, com o que foi mencionado sobre Paes (2009) e Fernandes (2017) anteriormente.

Em seu texto, Pesavento (2003) busca uma reflexão através dos danos causados pela guerra e seus impactos na Memória. Como essa Memória é afetada, como as ruínas deixadas pela guerra mostram a tragicidade de todos os caminhos e vielas da presença humana, servindo de aviso para as gerações futuras e de peso nas mentes inconscientes, de como a violência atravessa a todos desde os primórdios. Nesse sentido, como a destruição e a violência atingem também os espaços de preservação, os espaços de união dos saberes, as bibliotecas, museus, etc. Sobre uma definição de Memória e diferenciação da História:

O saber histórico pode contribuir para dissipar as ilusões ou os desconhecimentos que durante longo tempo desorientaram as memórias coletivas. E, ao contrário, as cerimônias de lembrança e a institucionalização dos lugares de memória deram origem repetidas vezes a pesquisas históricas originais. Mas não por isso memória e história são identificáveis. A primeira é conduzida pelas exigências existenciais das comunidades para as quais a presença do passado no presente é um elemento essencial da construção do seu ser coletivo. A segunda se inscreve na ordem de um saber universalmente aceitável (...). (CHARTIER, op. cit. : 24 *apud* NETO, 2011, p. 7)

Para Halbwachs (2013, p. 39 *apud* SILVA, 2016, p. 249), vai se destacar dois tipos de memória: a coletiva e a individual. Para tanto a memória coletiva estaria ligada às relações entre indivíduos, partilhas de memórias individuais que se aliam à coletiva para permanecer coerentes. Esse compartilhar geraria também o que manteria as identidades.

Não basta reconstituir pedaço por pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstituição funcione a partir de dados ou de noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aqueles e vice-versa, o que será possível se somente tiverem feito e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo.

Ricoeur (2007) aborda a evolução nos processos que vão ser levados. “Com o testemunho inaugura-se um processo epistemológico que parte da memória declarada, passa pelo arquivo e pelos documentos e termina na prova documental” (RICOEUR, 2007, p. 170)

Tendo o informado em mente, o Patrimônio seria então um guardião da Memória. Da Memória que é formada pelo conjunto de identidades. O Patrimônio preserva essas memórias para a permanência desses objetos e costumes nas gerações futuras, servindo como perpetuador ou referência da identidade e como símbolo, de aprendizado, de orgulho ou de

profundo luto para não se repetir erros. Inclusive ocultando o que não se quer ser memorizado.

Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimento, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas. Dos traços que deixou na sensibilidade popular daquela época. (BOSI, 2003, p. 18)

O que é registrado marca tanto uma demonstração do poder da época quanto uma permanência dos valores, uma preservação da cultura, uma memória protegida. É interessante observar que as concepções atuais também passaram por muitas mudanças, até que se chegasse ao patrimônio entendido como o é, foram processos e mais processos, se estava constantemente aprendendo sobre o que e como se preservar.

2.1 O que torna um “bem” Patrimônio Cultural?

Em primeiro momento o patrimônio cultural precisa ter significado para um povo ou comunidade, seu valor está diretamente ligado à importância que exerce àquela população, é preciso à vontade de que se registre e se preserve institucionalmente. Para isso servem os instrumentos de preservação, tais como o cadastramento, o tombamento e registro. De acordo com a plataforma digital do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP)⁴, os procedimentos para o processo de tombamento iniciam com “Entrada do pedido do tombamento na repartição (IPHAEP), feito por qualquer pessoa ou por um órgão da mesma repartição”. Os registros e inventários promovem a catalogação dos objetos pretendidos. Consistindo em um processo de dez pontos ou passos, o tombamento leva tempo e pode não ser aprovado ou ser arquivado. De acordo com a plataforma digital do IPHAN⁵ a respeito dos bens culturais imateriais:

A Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 216, prevê o reconhecimento dos bens culturais imateriais como patrimônio a ser preservado pelo Estado em parceria com a sociedade. O artigo define, também, que o poder público – com a colaboração da comunidade – promoverá e protegerá o Patrimônio Cultural Brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento. Para criar instrumentos adequados ao reconhecimento e à preservação de bens culturais imateriais, o governo brasileiro promulgou o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), executado pelo Iphan.

É interessante observar a ênfase que se dá a utilidade de preservador da identidade e memória que o patrimônio tem. Nota-se também a sua percepção de se exercer o poder, no sentido do que se preservar e do que não se preservar como já foi comentado. Sobre o que se é memorizado nos objetos perpetuados ou excluídos do imaginário popular ou dos meios da instituição. Se não movidos, enquanto sociedade, sobre a importância da preservação, o bem pode cair no esquecimento, as malhas da realidade e do mercado podem consumi-lo. O IPHAN fornece as definições para um patrimônio registrado, detalham quais são os bens transmitidos pelas gerações e que estão vivos na cultura de um grupo.

Os patrimônios registrados são os bens culturais imateriais reconhecidos formalmente como Patrimônio Cultural do Brasil. Esses bens caracterizam-se pelas práticas e domínios da vida social apropriados por indivíduos e grupos sociais como

⁴ Disponível em: <http://iphaep.pb.gov.br/mecanismo-de-um-processo-de-tombamento> Acesso em: 12 jul. 2021.

⁵ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606> Acesso em: 12 jul. 2021.

importantes elementos de sua identidade. São transmitidos de geração a geração e constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, sua interação com a natureza e sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade. Contribuem, dessa forma, para promoção do respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.⁶

Com relação ao tombamento também se busca recursos financeiros para ser mantido, economicamente. É preciso fundos para manter o espaço, segurança, restauros, recursos para prevenção de incêndios, etc. Se tratando então de propriedade privada todos esses procedimentos e manutenção estão destinados ao proprietário. Neste sentido, Fernandes (2017, p. 27) ressalta sobre o processo de preservação:

A produção e a preservação do patrimônio supõem procedimentos de seleção, de proteção, de conservação e de promoção que são também pontos de concentração de forças e de mobilização de saberes, já que são operações que concentram escolhas, promovem a elaboração de regras e desencadeiam ações. Assim, constituem focos de produção dos discursos e visibilidades por meio dos quais se pode penetrar no sentido e na utilidade estratégica do patrimônio e compreender a norma que o institui em cada período.

Paes (2009), quanto à refuncionalização, vai explicar que trata-se de uma ação na qual um espaço tombado venha a ter outra funcionalidade (se tornando um bar, por exemplo) que vai ajudar na captação dos recursos para preservar o local enquanto gira a economia.

Na dinâmica do espaço geográfico, as formas e objetos assumem continuamente novas funções, respondendo à novas lógicas sócio-espaciais. Este processo de refuncionalização tem sido acentuado na valorização turística de patrimônios culturais, sejam estes objetos, conjuntos paisagísticos ou práticas sociais. Nesse sentido, a refuncionalização é uma atribuição de novos valores e conteúdos às formas herdadas do passado, que refletem uma renovação das ideologias e dos universos simbólicos (BERDOULAY, 1985; SANTOS, 1996; PAES-LUCHIARI, 2005 apud PAES, 2009, p. 5)

De acordo com Guedes (2016) e Maio (2016) o termo *bem cultural* adquiriu muitos significados ao longo da história do patrimônio, sendo inclusive já relacionado ao bem preservado em si. No texto são bem destacadas que as concepções atuais de *bem cultural* também estão passíveis de mudança, no sentido inclusive de que nem todo *bem cultural* é algo a ser preservado, mediante a seleção e o rigor que o patrimônio precisa conter. Na plataforma digital do IPHAN é possível encontrar a definição sobre *bem cultural* no dicionário das palavras que envolvem o patrimônio.

Depois do estudo e discussões realizados pelo Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial, foi apresentada a proposta técnica nº 3.551, em 2000, conforme explanação do site do IPHAN, Instrumentos de Salvaguarda, “que criou o registro de bens culturais de natureza imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, utilizando a metodologia do Inventário Nacional de Referência Cultural (INRC) (IPHAN, 2016). Vários outros instrumentos de salvaguarda estão associados ao próprio tombamento instituído pelo Decreto-lei nº 25 em 1937, além da Valoração do Patrimônio Cultural Ferroviário (2007) e a Chancela da Paisagem Cultural (2009). Podemos, então, afirmar que, hoje, o conceito de bem cultural foi bastante ampliado pela Constituição de 1988, sendo resultado de um longo processo de resignificação que inclui as inúmeras áreas do conhecimento. É preciso, pois, ter

⁶ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606> Acesso em: 12 de jul. de 2021.

sempre em vista que se trata de uma concepção em processo, e que envolve perspectiva multidisciplinar, considerando que cada período da história está voltado para determinados interesses que vão, de alguma forma, alterar e interferir no significado que podemos dar ao termo bem cultural⁷.

No entanto é difícil manter o aluguel do espaço se o comércio não for tão agitado, se o período estiver em baixa, tudo influencia. Neste sentido, sobre estes espaços, considerados Patrimônio Cultural Material, destaca-se que:

A Política de Patrimônio Cultural Material traz inovações importantes para os procedimentos que envolvem a preservação e valorização do patrimônio cultural. Mas, permeando todas elas, está o objetivo de promover a construção coletiva dos instrumentos de preservação, garantindo assim a legitimidade das ações do Iphan junto às comunidades e também entre os agentes públicos. Esse objetivo decorre de diversos princípios, sobretudo da indissociabilidade entre os bens culturais e as comunidades, da participação ativa na elaboração de estratégias e da colaboração entre as esferas do Poder Público e a comunidade⁸.

O que tornaria um “bem” patrimônio cultural seria então: aquele que agregaria em si a representação cultural de um povo, na qual se tem uma identificação e apego, além do valor histórico envolvido. O patrimônio conta uma história local, regional ou do país, além de carregar a vontade de que se preserve para que se possa ser transmitido para as próximas gerações.

3 MIGUEL GUILHERME: VIDA E OBRA

Miguel Guilherme dos Santos, nascido na cidade de Sumé, produziu obras em variadas técnicas. Construiu sua identidade de forma autodidata, passeava pela escrita, rascunhos e pinturas mais complexas, construía os próprios instrumentos e até mesmo cadeiras; esculpia estátuas, entre outras habilidades. A sabedoria e tranquilidade adquirida em vida se expressavam na poesia assim como em suas artes, com aspecto afável, cores suaves, outras vezes mais intensas, solares, frementes. Em seu trabalho sobre a arte de Sumé, Líbna Naftali Ferreira fornece uma interpretação em um trecho que envolve a vida e as obras do artista:

Miguel Guilherme um artista além do seu tempo e lugar, hibridizou sua obra. Explorou territórios híbridos: pintura, escultura e objetos em diálogos com a heterogeneidade. Sua pintura dialoga com a linguística. O texto, escritos e pensamentos do artista, estão inseridos na maior parte das suas obras. Texto versus Imagem, como forma de conceituar a ideia passada pela pintura. Ele explora o intelecto do espectador desafiando-o a uma interpretação própria da obra exposta, por meio de uma poética pessoal onde imagem e texto se unificam. (FERREIRA, 2013, p. 44)

Segundo Ferreira (2013) Miguel Guilherme retratava os momentos vividos na infância, as tradições culturais do lugar de nascimento, os temas que envolviam a seca e o luto que ela trazia bem como a chegada das chuvas, expressado em suas obras com temáticas que variam do dia a dia até temas sacros.

⁷ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/79/bem-cultural> Acesso em: 10 de set. 2021

⁸ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837> Acesso em: 13 de jul. de 2021

De acordo com Ferreira (2013) “Ele manifesta na sua obra toda a sua origem e todas as suas lembranças do ambiente familiar e da sua infância: da fazenda, das secas, dos roçados, dos violeiros e do universo familiar” (FERREIRA, 2013, p. 47).

Na Figura 01 podemos ver uma dessas preferências e características nas pinturas de Miguel Guilherme: pintar o cotidiano como bem mencionado por Ferreira (2013).

Figura 01 - Recordar é Viver, 1965, Coleção Museu de Arte de Assis Chateaubrian



Fonte: OLIVEIRA, Jacqueline e SIQUEIRA JÚNIOR, Zito (2007, p. 84)

As Figuras 01, 02, 03, 04 encontram-se no livro “Miguel Guilherme Vive” no qual estão compiladas obras do artista, bem como escritos. A imagem é descrita como “Miguel Guilherme com o padre monsenhor Urbano da cidade de Sertânia - PE, ao lado de imagem executada pelo artista, entre 1958 e 1960” (OLIVEIRA; SIQUEIRA JÚNIOR, 2007, p. 85).

Figura 02 - Foto do autor ao lado de obra

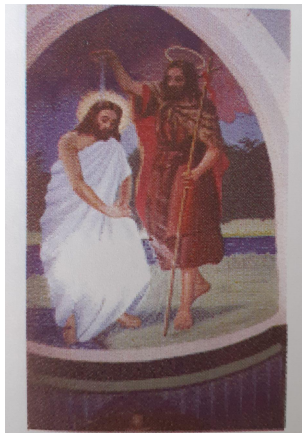


Fonte: OLIVEIRA, Jacqueline e SIQUEIRA JÚNIOR, Zito (2007, p. 85)

Na figura 03 se encontra uma das características principais de sua obra: retratar o sagrado. A representação de São João Batista derramando a água do batismo na representação de Jesus. Estilo de pintura que narra uma passagem bíblica. As cores são vivas, mesmo com o passar do tempo e a deterioração natural. Jesus se encontra com vestes brancas, podendo indicar sua procedência divina em contraste com as vestes do João Batista, que veste roupas que remetem a um pastor além do cajado que carrega. Os dois personagens possuem auréolas, a de Jesus se mostra mais forte e luminosa, enquanto a de João Batista é mais fina, se

assemelhando a um anel. A passagem bíblica é bastante retratada por artistas diversos, entre eles Leonardo Da Vinci, Giotto di Bondone, etc

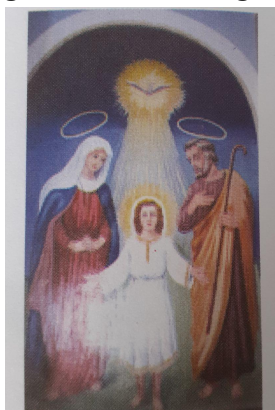
Figura 03 - O batismo, Capela de São Sebastião Mártir



Fonte: OLIVEIRA, Jacqueline e SIQUEIRA JÚNIOR, Zito (2007, p. 81)

É possível perceber também essa característica de pintar o sagrado na Figura 04. Alguns elementos se repetem como as auréolas de Maria e José, enquanto a de Jesus se encontra, mais uma vez, forte e luminosa. Além disso, se trata da mesma luz que vem do Espírito Santo. O detalhe interessante é que o cajado de José é diferente do que João Batista carrega, enquanto o de João é em forma de cruz, o de José é curvado. Maria se encontra retratada com cores azul, vermelho e branco. José se encontra com vestes em tom marrom enquanto Jesus com cores brancas e alguns detalhes em dourado (quem sabe uma simbologia de sua realeza? O rei dos homens). O plano de fundo possui cores mais escuras com o destaque das cores claras nas personagens. As pinturas “O batismo” e “Família Sagrada” se encontram na capela de São Sebastião Mártir no Sítio Feijão.

Figura 04 - Família Sagrada



Fonte: OLIVEIRA, Jacqueline e SIQUEIRA JÚNIOR, Zito (2007, p. 82)

As figuras 05, 06 e 07 fazem parte do documentário “Menino Artífice” (2010), e tratam de imagens fotografadas por Machado Bittencourt das obras de Miguel Guilherme que foram perdidas em um incêndio. Localizadas na Catedral de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande-PB. No documentário Chico Pereira, um artista plástico, apresenta um relato interessante sobre a Figura 06: “Na lateral da igreja tinha pinturas que retratavam cenas relacionadas à própria cidade, a própria vida da cidade” (2010). Mais uma vez uma das características das preferências do artista, pintar o que via, pintar o cotidiano. Chico Pereira

continua: “Eu me lembro, nitidamente, de uma cena de uma procissão, cujas personagens, pintadas por Miguel Guilherme na lateral, na parede da igreja, representando uma procissão, eram pessoas da nossa sociedade” (2010). O artista Chico Pereira evoca em suas memórias o que vivenciou e vislumbrou antes de ser desaparecido materialmente. Por sorte as imagens foram fotografadas e depois registradas em “Menino Artífice” (2010).

Figura 05 - Pintura de autoria de Miguel Guilherme antes de ser apagada



Fonte: Menino Artífice (2010)

Figura 06 - Pintura de Miguel Guilherme antes de ser apagada, com falas de Chico Pereira na parte inferior



Fonte: Menino Artífice (2010)

Figura 07 - Pintura de Miguel Guilherme antes de ser apagada, com falas de Chico Pereira na parte inferior



Fonte: Menino Artífice (2010)

No entanto, um fato histórico sobre a arquitetura da Catedral de Nossa Senhora da Conceição, está relacionado aos afrescos pintados no ano de 1935 pelo artista plástico Miguel Guilherme, natural de Sumé, no Cariri paraibano, os quais permaneceram como manifestação de cultura sacra em nossa Matriz até o ano de 1963. A História conta que um incêndio destruiu parte da obra e ao invés de restaurada o bispo da época, autorizou a cobertura com tinta de todas as gravuras na extensão da nave da Igreja. (PALMEIRA, 2011, p. 63)

As obras de Miguel Guilherme demonstram técnica e detalhamento, além disso, todos os processos e histórias contidas, ocultadas, apagadas, preservadas, apresentam a marca do artista, no sentido que mesmo tendo sido perdidas permanecem no registro e na memória, inclusive documentadas em “Menino Artífice” (2010), além de também conter passagens históricas e relacionadas ao meio em que o artista vivia e conhecia, o seu cotidiano, as suas vivências.

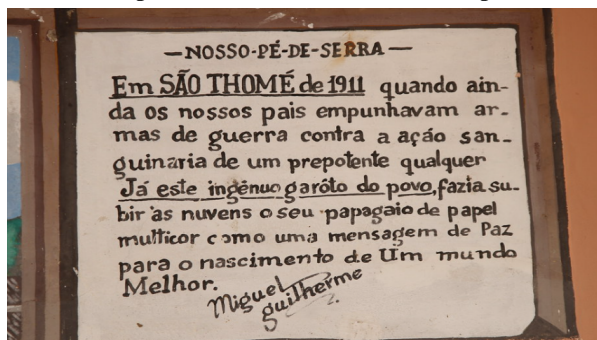
3.1 Herói Anônimo - Patrimônio Cultural

Figura 08 - Herói Anônimo (Técnica mista 1963 - 1,17 X 3, 26 m)



Fonte imagem: Egberto Araújo (2010)⁹. Fonte dimensões: (FERREIRA, 2013, p. 33)

Figura 09 - Detalhe das palavras do artista ao lado do painel com a assinatura



Fonte: Egberto Araújo (2010).

De acordo com a plataforma digital do IPHAN: “O objetivo do tombamento de um bem cultural é impedir sua destruição ou mutilação, mantendo-o preservado para as gerações

⁹ Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo/5515960589/in/photostream/> Acesso em: 13 de jul. 2021.

futuras”. Em 04 de Agosto de 2016 a plataforma digital do Governo da Paraíba publicou a aprovação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP) para os tombamentos de obras em João Pessoa, Sumé e Nazarezinho.

A obra a ser tombada em Sumé é o Painel Pictórico “Herói Anônimo” (figuras 08 e 09) de autoria de Miguel Guilherme localizado no antigo bufê da Praça Adolfo Mayer, que funcionava como um bar e restaurante em 2020. Se trata de um bem que não pode ser removido sem causar danos ao bufê/coreto. De acordo com Lygia Martins Costa (1980) esse tipo estaria caracterizado como um bem integrado,

[...],ou seja, tudo que fixado na arquitetura integre o monumento, sem que possa ser retirado sem dano ao imóvel ou criando lacuna. Dessa categoria participa toda a decoração interna de casas, fortes, palácios, museus, igrejas e conventos¹⁰.

O painel retrata uma história que era repetida na cidade, na qual cangaceiros estavam planejando invadir a Vila de São Tomé, no entanto o Padre Sílvio consegue um acordo para que a Vila seja preservada¹¹.

Um fato relevante e curioso que marcou os habitantes da Vila São Tomé, foi a ameaça de invasão por um bando de cangaceiros comandado pelo cangaceiro Benzinho Vidal em 1911, quando receberam ordem de eliminar vários adversários do coronel Zé Pereira. Porém, quando o padre Sílvio Celso de Melo, primeiro padre da cidade, soube que os cangaceiros estavam no riacho Pedra Comprida, próximo da Vila, e se preparavam para o ataque, ele foi ao encontro deles e negociou a paz. Este acordo de paz custou aos moradores de São Tomé uma quantia em dinheiro, alimentar os visitantes cangaceiros e não denunciar a presença deles à polícia, esta alojada em Alagoa de Monteiro. (FERREIRA, 2013, p. 32)

A obra do autor se configura em um elemento importante e relevante por tornar-se guardião da memória na representação de um evento histórico e significativo para a população de Sumé. Estudar e apresentar esse artista transforma-se em uma forma de abrir oportunidades para que se escreva cada vez mais sobre e em diferentes perspectivas sobre o Patrimônio Cultural. O trabalho presente intencionou desde o início discutir a obra de Miguel Guilherme enquanto patrimônio cultural, mas ela pode ser também analisada na perspectiva da sua iconografia e da sua estética.

Partindo diretamente do Decreto 7.819/78, precisamente do item primeiro e do contexto anteriormente descrito, as referidas Obras de autoria de Miguel Guilherme, datadas em meados do século XX, se enquadram em obras de arte particularmente representativas de uma determinada época e local, destinadas diretamente ao usufruto da comunidade enquanto guardiãs da memória da população sumeense. Portanto, os referidos painéis enquanto cenário de vida, luta e fé da população sumeense no século XX se constituem em um conjunto memorial que perpassa o contexto social e político Paraibano. De tal modo, simbolizam a história local articulada à História da Paraíba, o que legitima e justifica a importância de sua preservação. (ALVES, 2016, p. 9)

De acordo com Ferreira (2013) o local onde se encontra o painel é também o espaço onde nasceu Sumé. O painel é um elemento memorial e no local de nascedouro da cidade torna-se ainda mais significativo. Dividindo o ambiente com o Cruzeiro de São Tomé (figura 10), construído quando a cidade ainda era Vila¹². Ferreira (2013) explica que o cruzeiro esteve e foi transportado para diferentes localidades. Esse tipo de construção retratava a

¹⁰ Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1299> Acesso em: 13 de jul. 2021.

¹¹ Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/sume.htm> Acesso em: 13 de jul. de 2021.

¹² Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/historia/> Acesso em: 13 de jul. 2021.

monumentalização da fé. O cruzeiro é um dos elementos presentes no painel “Herói Anônimo”. De acordo com Ferreira (2013, p. 28)

O Cruzeiro que antecedeu ao lançamento da pedra fundamental da primeira capela também foi preservado devido ao esforço do Padre Sílvio, no qual tinha uma consciência de preservar a memória e história da cidade que se iniciava. De acordo com a professora Socorro Silva, o Cruzeiro é a mais bela obra em madeira que o município possui, simboliza o espírito cristão dos fundadores. Construído em 1863 por Bernardo Nogueira e irmãos em frente à capela e a casa dos padres. Em 02/10/1931 foi transferido para a Colina de Batista Lourenço alto do cruzeiro original e atribuídos milagres pela população.

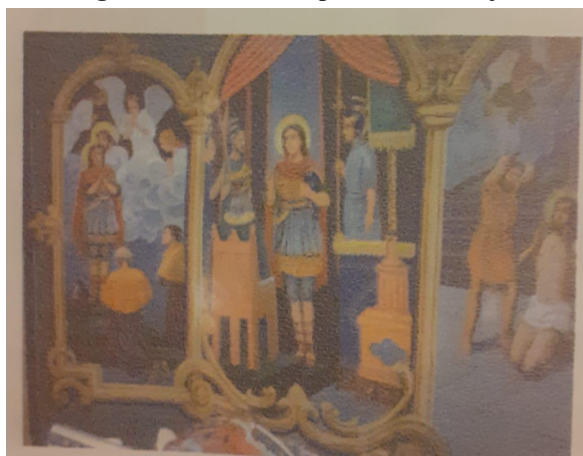
Figura 10 - Cruzeiro-localizado na Praça Adolfo Mayer



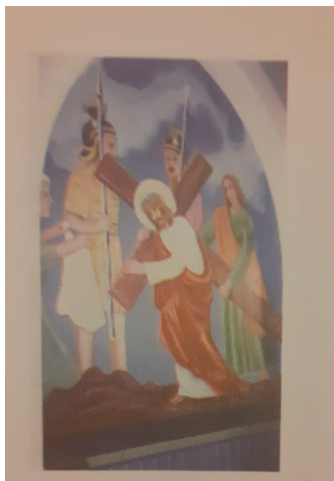
Fonte: Arquivo pessoal de Risone Reinaldo, 2021.

Também foram aprovados os tombamentos dos painéis da Capela São Sebastião, no antigo Sítio Feijão. As obras do local estão representadas nas figuras 11 e 12. Algumas já foram apresentadas anteriormente. As pinturas possuem as características de arte sacra.

Figura 11 - Teto da capela do sítio feijão

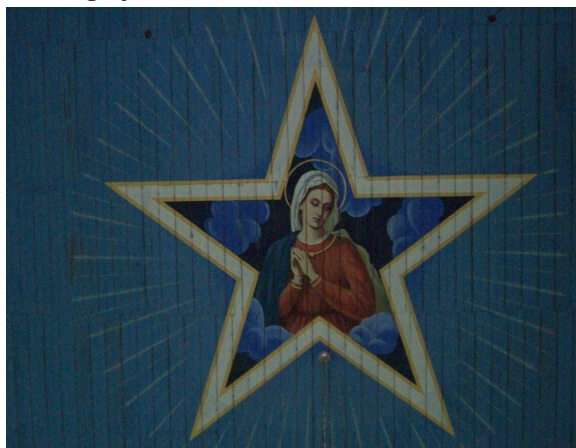


Fonte: OLIVEIRA, Jacqueline e SIQUEIRA JÚNIOR, Zito (2007, p. 82)

Figura 12 - Jesus a caminho do calvário

Fonte: OLIVEIRA, Jacquelline e SIQUEIRA JÚNIOR, Zito (2007, p. 82)

De acordo com a plataforma digital do Governo da Paraíba (2016)¹³: “O pedido de tombamento foi aprovado, por unanimidade dos membros do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais do Iphaep”. Miguel Guilherme foi uma figura importante para a cidade de Sumé. Suas obras estão presentes no dia a dia do cidadão sumeense. Ao fitar o forro da igreja (figura 13) ali está ele; ao passear na praça se encontra o painel, no que é conhecido entre os moradores como “coreto”; no virar de esquina o ateliê/museu. As gerações mudam e ali está uma História que é ressignificada, uma história que precisa ser contada.

Figura 13 - Forro da igreja de Nossa Senhora da Conceição em Sumé-PB

Fonte: <http://paroquiadesume.blogspot.com/2009/07/imagens-do-forro-da-matriz-de-sume.html>, 2009

No que se seguiu em 10 de julho de 2017 em mais uma notícia na qual o então governador Ricardo Coutinho, deu segmento ao processo de tombamento dos itens aqui já indicados.

O governador do Estado da Paraíba, Ricardo Coutinho, homologou no último dia 05 de julho, a ação declaratória do Tombamento dos Painéis Pictóricos existentes na Igreja São Sebastião, localizada na Fazenda Feijão, em Sumé, assim como do painel exposto no bufê da Praça Adolfo Mayer, todos de autoria do artista plástico sumeense Miguel Guilherme. As deliberações do Conselho de Proteção dos Bens Históricos e Culturais (CONPEC/IPHAEP) que apreciou a proposta de Tombamento dos Painéis Pictóricos e reconheceu os significativos valores

¹³ Disponível em: <http://antigo.paraiba.pb.gov.br/index-30926.html> Acesso em: 13 de jul. 2021.

históricos e culturais das referidas obras de Miguel Guilherme, estão homologadas nos Decretos 37.479 e 37.480/2017, assinados pelo governador Ricardo Coutinho. Para efeito de tombamento o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba tomará as devidas providências, em cumprimento à legislação vigente¹⁴.

ra, 06 de Julho de 2017

3

Decreto Estadual Nº 7.819, de 24 de outubro de 1978,

CONSIDERANDO que o CONPEC - Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, ao apreciar proposta de Tombamento dos Painéis Pictóricos, de autoria do artista plástico Miguel Guilherme, existentes na Igreja São Sebastião, da antiga Fazenda Feijão, localizada no município de Sumé/PB, sob a guarda do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/PB, reconheceu os significativos valores históricos e culturais de suas preservações, para a compreensão da composição arquitetônica do referido bem;

CONSIDERANDO, ainda, que os referidos bens abrigam um complexo de detalhes arquitetônicos e culturais representativos da época de suas construções, sobretudo para o conhecimento dos recursos técnicos ali utilizados.

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a Deliberação N.º 0005, de 02 de agosto de 2016, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, declaratória do Tombamento dos Painéis Pictóricos, de autoria do artista plástico Miguel Guilherme, existentes na Igreja São Sebastião, localizada na antiga Fazenda Feijão, no município de Sumé/PB.

Art. 2º Para efeito do Tombamento a que se refere o artigo anterior, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP tomará as providências cabíveis, em cumprimento à legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de julho de 2017; 129º da Proclamação da República.


RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

DECRETO Nº 37.480 DE 05 DE JULHO DE 2017.

Homologa Deliberação Nº 0006/2016 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais – CONPEC/IPHAEP, declaratória do Tombamento do Painele Pictórico intitulado “Herói Anônimo”, situada no município de Sumé, Estado da Paraíba.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 86, inciso IV, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto no art. 40, do Decreto Estadual Nº 7.819, de 24 de outubro de 1978,

CONSIDERANDO que o CONPEC - Conselho Deliberativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP, ao apreciar proposta de Tombamento do Painele Pictórico, de autoria do artista plástico Miguel Guilherme, exposto na Praça Adolfo Mayer, localizado na cidade de Sumé/PB, atualmente sob a guarda da Prefeitura desse município, reconheceu os significativos valores históricos e culturais de suas preservações, para a compreensão da composição arquitetônica do referido bem;

CONSIDERANDO, ainda, que o referido bem é representativo de considerável valor histórico e cultural,

D E C R E T A :

Art. 1º Fica homologada a Deliberação N.º 0006, de 02 de agosto de 2016, do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais - CONPEC, declaratória do Tombamento do Painele Pictórico intitulado “Herói Anônimo”, de autoria do artista plástico Miguel Guilherme, exposto na Praça Adolfo Mayer, município de Sumé/PB.

Art. 2º Para efeito do Tombamento a que se refere o artigo anterior, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP tomará as providências cabíveis, em cumprimento à legislação vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 05 de julho de 2017; 129º da Proclamação da República.


RICARDO VIEIRA COUTINHO
Governador

¹⁴ Disponível em:

<https://www.sume.pb.gov.br/2017/07/pinturas-do-artista-sumeense-miguel-guilherme-serao-tombadas-pelo-iphaep/> Acesso em: 15 de jul. 2021.

É importante destacar que as discussões da preservação e patrimonialização são recentes para a História do Brasil, pois como são citadas por Regina Abreu, até início do século XX as preocupações nacionais se davam no âmbito do crescimento e modernização, se igualar ou ao menos alcançar as nações mais desenvolvidas, o sentimento de patrimonialização e preservação do passado ainda não tinham sido difundidos ou não era prioridade. “Até então, nossas elites estavam muito mais preocupadas com a modernização das cidades do que com a recuperação de fragmentos do passado”. (ABREU, 2007, p. 268)

O trabalho iniciado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1937 foi importante não apenas para a implementação e para a consolidação de uma política pública, de âmbito federal, de construção de referências materiais para a memória nacional. Mais significativa ainda foi a disseminação do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não apenas para outras esferas do poder público como também para outros domínios da sociedade civil. Uma mentalidade patrimonialista começou a se desenvolver. (ABREU, 2007, p. 271)

Scifoni (2019) em seu texto explicita ideia semelhante com relação às discussões sobre Patrimônio: “Segundo Choay (2001), a primeira lei sobre este tema, nesse país, é de 1887 e resulta de um conjunto de práticas que foram institucionalizadas visando fazer frente às forças destrutivas geradas pela lógica da industrialização e que ameaçavam os monumentos” (CHOAY, 2001: apud SCIFONI, 2019, p. 20).

Para contexto histórico, Miguel Guilherme foi contemporâneo das mudanças que o Patrimônio passava. Desde sua priorização na salvaguarda de estruturas e obras que remetesse a cultura luso-brasileira até fins de sua vida em 1995, onde nos anos 90 o patrimônio começava a adotar um novo tom.

As operações de conservação, por sua vez, mantiveram as regras do período anterior, enfatizando ainda a herança construtiva luso-brasileira e um valor artístico concebido segundo os cânones modernistas. As operações de promoção do patrimônio, que, ao longo de todo o momento inicial de implantação da prática de preservação no Brasil se desenvolveram exclusivamente no plano editorial, fizeram uso, pela primeira vez, de campanhas publicitárias. Por meio das campanhas de divulgação de lugares turísticos e das novelas de televisão que tomavam o Nordeste como tema, imagens do patrimônio, antes presentes apenas em livros e revistas especializadas, ganharam os meios de comunicação de massa. A cidade-monumento surgia, então, como um produto turístico. (FERNANDES, 2017, p. 31)

Recentemente um convênio foi firmado entre a prefeitura de Sumé, da Faculdade do Cariri (UNICIR) e a família do artista. No texto de autoria da Ascom¹⁵ se fala de um projeto que objetiva a requalificação do Museu em homenagem a Miguel Guilherme, que funcionava como ateliê em seus tempos de vida. O Museu até a data do convênio se encontrava parado e fechado, agora o projeto objetiva sua reabertura e visitação. De acordo com a plataforma digital da Prefeitura de Sumé: “A intermediação foi feita pela diretora de cultura do município, Paula Wêndia, que reuniu-se com a neta do artista sumeense, a professora e radialista, Jacquelline Oliveira e apresentou o Plano de Ação”. De acordo com a notícia publicada no dia 05 de Abril de 2021 “O documento prevê a gestão, execução, preservação e o funcionamento do espaço”.

¹⁵ Disponível em:

<https://www.sume.pb.gov.br/2021/04/prefeitura-de-sume-e-unicir-se-unem-para-revitalizar-o-museu-miguel-guilherme/> Acesso em: 23 jul. 2021.

Em 26 de Abril de 2021 o convênio foi devidamente assinado, com a notícia publicada no dia 27 do mesmo mês:

A Prefeitura de Sumé firmou parceria com a Faculdade do Cariri (UNICIR) e a família de Miguel Guilherme que administra o Museu, para gestão, execução, preservação e o funcionamento do espaço. O convênio foi assinado nessa segunda-feira (26). Através do Departamento Municipal de Cultura, foi elaborado um projeto arquitetônico e um estudo técnico, seguindo os parâmetros da legislação nacional que rege os museus, para reforma do Ateliê. Obedecendo as restrições sanitárias, o evento aconteceu no auditório da Secretaria de Educação e contou com a participação do vice prefeito Manezinho Lourenço, do vereador Cristóvão Júnior, dos secretários: de saúde Tanniery Lêla, de educação Bonilson Timóteo, da Cultura, Esportes e Turismo Rivaldo Oliveira (Branco Xiliu), da Diretora de Cultura e Turismo Paula Wêndia, do Diretor da Faculdade do Cariri (UNICIR) Paulo Lucena, do Professor Zito Junior e dos netos de Miguel Guilherme Jacqueline Oliveira e Lamartine Vieira.¹⁶

Miguel Guilherme traduziu o cotidiano vivido em suas obras, assim como explica Ferreira (2013), pintou o sagrado, teceu críticas, inspirou e tocou gerações. O seu efeito é sentido se refletindo no ato da preservação. Assim sendo, ao evocar uma memória local histórica e significativa para a população, como afirma Alves (2016), as obras de Miguel Guilherme configuram-se como patrimônio cultural da cidade de Sumé na Paraíba, ou seja, bens que fazem referência a um povo, espaço e tempo, construindo uma relação de identidade e pertencimento com os moradores que requerem a preservação por reconhecer à necessidade de transmitir este conhecimento às próximas gerações.

4 AS OBRAS DE MIGUEL GUILHERME: PATRIMÔNIO E HISTÓRIA LOCAL NO ENSINO DE HISTÓRIA

Com tudo o que foi discutido ao longo do texto é necessário se entender também como proceder de forma eficiente ao ensinar sobre Patrimônio. Pelegrini (2009) fornece material rico, no qual vai explorar em seu “Patrimônio Cultural: Consciência e Preservação” as abordagens possíveis para um ensino de qualidade e que corresponda ao universo dos discentes. Passando pelos problemas e desafios no aprendizado do Patrimônio, até sugestões para se montar um plano de aula que agregue e envolva o estudante. No início, existem quatro passos essenciais para o transmitir do conhecimento: “Maria Luiza P. Horta destaca que a observação, o registro, o exame e a apropriação dos bens culturais constituem as quatro fases essenciais dessa metodologia” (PELEGRINI, 2009, p. 38).

Mostrar ao estudante que enquanto um ser que observa e participa dos eventos históricos, que analisa e registra o seu entorno, ele é também uma peça fundamental, para assim não se ver alheio da discussão ou achar um desperdício de tempo discutir sobre os assuntos aqui especificados. A necessidade de despertar o interesse do estudante para os processos é também parte da metodologia mediante ao que for sendo apresentado, ou seja, as características de sua região por meio do contexto histórico, fazendo com que desenvolva a consciência social bem como suas formas de expressão enquanto indivíduo. O docente pode estimular a aprendizagem de forma que ao discutir sobre patrimônio cultural, possa provocar o olhar do discente a observar o entorno que habita, que visita e que sempre caminha, através de outro ou um novo olhar.

¹⁶ Disponível em:

<https://www.sume.pb.gov.br/2021/04/convenio-para-revitalizacao-do-museu-miguel-guilherme-ja-e-realidade/>
Acesso em: 23 de jul. 2021.

A valorização das manifestações culturais que cercam o estudante contribui para que este reconheça sua identidade individual e coletiva e exerça sua cidadania. A partir da efetivação de Programas de Educação Patrimonial, desenvolvidos por meio de projetos educativos com ações pedagógicas na área de patrimônio cultural e natural, o ensino e a aprendizagem tendem a fortalecer os processos formadores de cidadania e, ainda, alertam para a importância da preservação dos bens patrimoniais. (PELEGRINI, 2009, p. 39)

Falar de algo que faça parte da realidade dos estudantes é mais estimulante e deixa o aprendizado fluir.

É certo que se o educador procurar direcionar suas preocupações para determinados enfoques ou esferas da discussão do patrimônio terá maior êxito na idealização do trabalho, no arranjo das leituras, na execução do plano de aulas, no planejamento de atividades, enfim, na formulação de um projeto junto aos estudantes. (PELEGRINI, 2009, p. 52)

Diversas abordagens podem ser utilizadas para se trabalhar em sala de aula o artista e suas obras. De acordo com a experiência nos estágios básicos nas escolas de ensino fundamental e médio é possível provocar o desenvolvimento nos estudantes do pensamento crítico enquanto se analisa uma obra do autor. Se tratando também de um artista paraibano, o estudante pode ser conduzido a fazer uma releitura do local que o artista cresceu, o que lhe inspirou nas produções, quais suas limitações e também como o seu trabalho pode vir a influenciar outras gerações.

Enquanto possibilidades para o ensino de História, o docente também pode organizar uma aula de campo, os estudantes podem ser conduzidos a um caminho histórico pelas obras de Miguel Guilherme, tais como, a visitação à igreja, ida ao local onde se encontra “Herói Anônimo”, na qual o docente pode provocar os estudantes a fazer a leitura imagética, indo além da pintura, a leitura do contexto histórico, e quem sabe em um futuro próximo, com as notícias recentes, retornar as visitas ao Ateliê/museu. Pelegrini (2009, p. 39-40) sugere:

Diferentes equipes podem empreender um trabalho de investigação pelo município, visitando as imediações da cidade como fazendas, parques ecológicos, rios. Na área urbana, podem seguir identificando e registrando exemplares da arte pública, ruas, praças, edificações e outros espaços, além de levantar objetos materiais de propriedade pública ou privada, como livros, fotografias, pinturas, instrumentos musicais, veículos e outros documentos e artefatos de valor patrimonial, cultural, histórico, artístico, etnológico.

Uma das alternativas para se trabalhar o ensino de patrimônio no ambiente curto que se tem disponível para essas discussões seria montar uma feira de conhecimentos (uma tradição nas escolas de Sumé - PB) sobre História Local, no intuito dos artistas paraibanos possam ser apresentados aos visitantes pelos alunos, reforçando e exercitando assim a memória e fazendo o conhecimento ser compartilhado. Despertar o instinto de investigação próprio da História, oferecendo para aos discentes cartilhas que os guie de forma didática para a compreensão do Patrimônio Cultural, a exemplo o livro organizado por Gurjão (2013), no qual se explora as questões que envolvem o Patrimônio cultural fazendo o estudante refletir sobre o próprio local, relacionando a algo do seu ambiente (como as obras e vida do autor Miguel Guilherme) para se ter uma maior aproximação com o que se estuda.

O texto de Gurjão (2013) tem uma leitura leve e mesmo contendo palavras que não sejam do cotidiano do discente lá estão explicadas. Ou ainda sugerir um projeto de elaboração de uma cartilha feita pelos próprios discentes que seja exposta para as outras

turmas nos ambientes da instituição, fazendo com que sejam entregues de sala em sala com uma promoção da socialização.

No entanto, é necessário destacar o que é apresentado por Simone Scifoni (2019) em seu texto, onde se busca argumentar entre outras questões que o fato de se ensinar Patrimônio hoje não garante mais uma preservação, ou como a frase que se transformou em uma regra: *conhecer para preservar*. Nesse sentido, a autora argumenta que, sim, temos uma população consciente e engajada na preservação, mas apenas essa consciência e apego ao Patrimônio ou aos objetos históricos não são suficientes. Em um desses trechos Scifoni (2019, p. 25) diz:

Ao contrário das primeiras décadas de legislação patrimonial no país, hoje é possível verificar a presença constante do tema patrimônio permeando o cotidiano de diversos grupos sociais. Presença nas redes virtuais, em forma de sites, blogs ou de páginas de grupos de defesa do patrimônio, de turismo, nas campanhas virtuais em forma de abaixo-assinados para a preservação de bens e em matérias jornalísticas; incorporado aos programas educacionais como Parâmetros Curriculares Nacionais e até mesmo em questões de exames vestibulares e como no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) que, nas últimas duas edições, contemplou questões sobre o patrimônio, entre outras formas.

Scifoni (2019) explica que é compreensível que seja tão forte os dizeres do “conhecer para preservar” já que se tratou de um projeto para uma mudança de pensamento da elite brasileira. “Parte do esforço de ensinar/explicar envolvia, também, mostrar positivamente a legislação destacando que a proteção destes bens era sinônimo de civilidade e de governos esclarecidos” (SCIFONI, 2019, p. 20). Ela ainda declara:

O patrimônio é, cada vez mais, uma questão de domínio público, ainda que as especificidades de cada bem tombado não sejam de conhecimento amplo, nem ao mesmo tempo, o quadro geral do conjunto tombado seja conhecido em detalhe. Neste sentido, as condições do momento atual são muito diversas daquele tempo em que se formulou o “conhecer para preservar”, de maneira que reproduzir acriticamente este famoso lema tem levado a despolitização do debate sobre o patrimônio e o papel da educação neste campo de atuação. Despolitiza porque, de um lado, credita à “ignorância” da população as mazelas do patrimônio, o que acaba por desresponsabilizar determinados sujeitos sociais ao atribuir a um conjunto geral, indefinido e ser genérico chamado de “população”, a culpabilização pela situação dos bens culturais. Deixa de se explicitar e debater os processos que estão por traz destas intervenções, assim como os interesses políticos e econômicos e as formas de atuação para viabilizá-los. (SCIFONI, 2019, p. 25)

A autora sacode as questões e as discussões sobre a educação patrimonial para que possamos atentar para a realidade. Como bem colocado por Scifoni (2019), os sujeitos que diretamente influenciam as decisões patrimoniais acabam sumindo, ou tomados por um manto de invisibilidade, direcionam a causa do problema para longe da verdadeira origem, bem como torna a política das relações sociais e patrimoniais como personagens secundários, deixando assim de perceber os principais agentes de todas essas engrenagens. As relações de poder acabam se esvaziando quando se coloca a culpa em uma suposta “ignorância”.

Reconhecer que a discussão da educação não passa mais, necessariamente, pela questão do desconhecimento, já que a sociedade está cada vez mais engajada na preservação do patrimônio, significa trabalhar partindo de outros pressupostos de atuação: não mais a educação como redentora da preservação ou como necessária para resolver os problemas do patrimônio, mas a educação como direito social e, ainda, como o direito de promover a apropriação social do patrimônio. (SCIFONI, 2019, p. 27)

No que é apresentado por Scifoni (2019) se faz harmonia com as falas de Schmidt (1996), no qual a autora apresenta que as ferramentas oferecidas ao estudante buscam dar autonomia do pensar, fazendo com que assim o estudante entenda como se é construído o que se aprende em sala de aula, e para que possa assim investigar e analisar de forma eficiente, exercitando o senso crítico.

Assim, o objetivo é fazer com que o conhecimento histórico seja ensinado de tal forma que dê ao aluno condições de participar do processo do fazer, do construir a história. Que ele possa entender que a apropriação do conhecimento é uma atividade em que se retorna ao próprio processo que elaborou este conhecimento. (SCHMIDT, 1996, p. 120)

É importante destacar a delicadeza dos estudos com arte, história, patrimônio e conduzir o estudante a perceber as relações e importâncias dos fatos e das obras que servem como registro e expressão do artista. Mesmo que a intenção primeira de autores diversos não tenha sido o registro para a posteridade, ao retratar o seu meio e os eventos que lhe foram marcantes o artista oferece grande fonte de conhecimento e interpretações. A importância do patrimônio também se evidencia quando esse ocupa tanto um valor sentimental, de identidade, como um valor histórico. “Herói Anônimo” marca exatamente por todos esses fatores. Alves (2016) defende esse ponto no parecer elaborado sobre o painel pictórico “Herói Anônimo” e as pinturas no sítio Feijão.

Miguel Guilherme retratou um fato histórico em arte através da ameaça de invasão por um bando de cangaceiros comandado por Benzinho Vidal em 1911, quando receberam ordem de eliminar vários adversários do coronel Zé Pereira. O Padre local da época, Silvio Celso de Melo, quando soube que os cangaceiros estavam no Riacho Pedra Cumprida, próximo da Vila se preparando para o ataque, foi ao encontro deles e negociou a paz. Este acordo custou aos moradores dinheiro, alimento e fidelidade de não denunciar a presença dos cangaceiros à polícia. (ALVES, 2016, p. 7)

Nesse sentido, incentivar, como mencionado anteriormente, o ensino da História Local e de artistas regionais promove o exercício da Memória, provoca o olhar dos discentes para identificar suas origens e por meio do explorar e do registrar manter esses conhecimentos fazendo e fortalecendo as sinapses sociais. Promovendo com que, inclusive, encontrem o que para eles representa cultura, e assim, a identificação. Saber que um artista faz parte da História de origem também pode gerar esse pertencimento e instigar a buscar por mais informações sobre, ou até mesmo a produzir arte.

Alves (2016) através de seu texto apresenta a importância de se valorizar a obra do artista. Principalmente no sentido dos moradores locais se apropriarem e que cada vez mais exigir dos administradores e gestores da cidade a valorização desses bens. Esse significado que a obra carrega, representando um momento histórico local tem a possibilidade de igualmente ser trabalhado em sala de aula. Explorar o lúdico da observação da obra, despertar esse olhar nos discentes para que compreenda inclusive a espacialidade do local ao visitar a praça onde se encontra “Herói Anônimo”, a praça onde foi o nascimento da Vila São Tomé que depois foi chamada Sumé.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do trabalho se buscou analisar como as obras de Miguel Guilherme tornaram-se Patrimônio Histórico da cidade de Sumé. Com isso em mente, o retorno a fontes

que exploraram a cultura e arte de Sumé foram expostos e apresentados nos trabalhos de Ferreira (2013), Gomes (2010) e Alves (2016).

O valor histórico e artístico de Miguel Guilherme se evidenciaram através das fontes e no reconhecimento dos movimentos para a preservação da memória da região de Sumé-PB. Algumas obras do artista foram apresentadas por meio de imagens para transmitir a diversidade e particularidade artística do município. “De tal modo, simbolizam a história local articulada à História da Paraíba, o que legitima e justifica a importância de sua preservação” (ALVES, 2016, p. 9).

Pretendeu-se também ampliar os escritos sobre o Patrimônio Cultural da cidade. De acordo com as deliberações do CONPEC/IPHAEP e reconhecimento para a preservação da memória de Sumé-PB e com o observado nos Decretos com assinatura do ex governador Ricardo Coutinho, se evidenciou o valor das obras na Fazenda Feijão que

[...] considerando, ainda, que os referidos bens abrigam um complexo de detalhes arquitetônicos e culturais representativos da época de suas construções, sobretudo para o reconhecimento dos recursos técnicos ali utilizados. (DECRETO 37.479/2017).

E na Praça Adolfo Mayer “considerando, ainda, que o referido bem é representativo de considerável valor histórico e cultural” (DECRETO 37.480/2017).

Além disso, se observou o constante interesse da população e de seus gestores para com a preservação dos seus bens culturais, como foi observado na notícia da parceria com a UNICIR. Começou-se com um desejo de que fosse tombado. O desejo se transformou no pedido para o tombamento.

O referente processo consta de uma solicitação de tombamento de Painéis Pictóricos existentes na Igreja São Sebastião da Fazenda Feijão e Pannel Pictórico intitulado "Herói Anônimo", exposto na Praça mais antiga do Município de Sumé/PB, conforme memorando 008/2015 da Diretoria de Restauração advindo da Restauradora Maria da Piedade Farias. O documento é composto do histórico da arte de Miguel Guilherme e apresentação dos painéis (contexto e imagens). (ALVES, 2016, p. 1)

Em seguida, o parecer foi elaborado em defesa para a preservação e finalmente o decreto assinado para a continuidade do processo de tombamento.

A cidade de Sumé é muito rica em cultura, patrimônio natural, material e imaterial. Há possibilidade para outros trabalhos e pesquisas inclusive com o antigo “cinema da cidade”, e com o desenvolvimento do turismo natural cada vez mais crescente. Ainda de se trabalhar com as obras de Miguel Guilherme sob a perspectiva da comparação com outras produções da época. É possível elaborar um catálogo guia com as informações históricas, contextos das obras do autor, para que possam ser distribuídos nas escolas de ensino fundamental e médio, bem como para a população local, apresentando localização e tabelas com as informações. É possível também um trabalho com entrevistas, que era o objetivo inicial do Artigo, no entanto em razão da Pandemia do Covid-19 não foi possível, ficando o aprofundamento para trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

A cidade de Sumé. Projeto UniCampo. Disponível em:

<http://www.ufcg.edu.br/~unicampo/sume.htm> Acesso em: 13 de julho de 2021.

ALVES, Márcia de Albuquerque (2016), “**Parecer**”. João Pessoa: Coordenadoria de Assuntos Históricos, Artísticos e Culturais (CAHAC).

ALEGRETTI, Laís; PAMPLONA; Nicola. **Incêndio que destruiu Museu Nacional, no Rio, durou mais de seis horas**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 de setembro de 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/09/apos-mais-6-h-bombeiros-controlam-incendio-no-museu-nacional-no-rio.shtml> Acesso em: 07 set. 2021.

BENS móveis e Integrados. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/mg/pagina/detalhes/1299> Acesso em: 13 jul. 2021.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória: Ensaios de Psicologia Social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. Biblioteca Folha, 2003.

CONVÊNIO para revitalização do Museu de Miguel Guilherme já é realidade. Prefeitura municipal de Sumé, Sumé, 27 de abril de 2021.

Disponível em:

<https://www.sume.pb.gov.br/2021/04/convenio-para-revitalizacao-do-museu-miguel-guilherm-e-ja-e-realidade/> Acesso em: 23 jul. 2021.

Christofoletti, Rodrigo, e Maria Leonor Botelho. 2020. **“Rupturas E Continuidades Na preservação Do patrimônio Cultural Internacional: Uma Entrevista Com Peter Burke”**. *Locus: Revista De História* 26(2):506-14. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31727>

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo, Editora Unesp, Estação Liberdade, 2001.

Deliberação N° 0006/2016 do Conselho de Proteção dos Bens Históricos Culturais-CONPEC/IPHAEP, de 02 de agosto de 2016.

FERREIRA, Líbna Naftali Lucena. **Imagens da arte: a cidade de Sumé/PB e o ensino das artes visuais**. 2013. 196 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013

FERNANDES, A. **Introdução: o patrimônio e sua norma**. In: SANT'ANNA, M. A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990 [online]. Salvador: EDUFBA-PPGAU FAUFBA, 2017, pp. 17-43. ISBN: 978-85-232-1871-3. <https://doi.org/10.7476/9788523218713.0002>.

FORTUNA, Carlos - **Identidades, percursos, paisagens culturais: estudos sociológicos de cultura urbana**. Coimbra: [s.n.]. 156 p. ISBN 978-989-26-0558-6 (PDF).

Flickr, 2010. Página inicial.

Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/egbertoaraujo/5515960589/in/photostream/> Acesso em: 13 jul. 2021.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira; MAIO, Luciana Mourão. Bem cultural. In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de**

Patrimônio Cultural. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

GURJÃO, Eliete de Queiroz ; RODRIGUES, A. O. (Org.) ; SOARES, Arthur M S Soares (Org.) ; ALCÂNTARA, Brunna Fernandes de (Org.) ; ALMEIDA, João Luiz (Org.) ; RAMOS, Lohana Gabriela (Org.) ; RODRIGUES, Mayara da Silva (Org.) ; NUNES, Natália da Silva (Org.) ; FARIAS, Pedro Augusto (Org.) ; NASCIMENTO, Renally Késsia (Org.) . **Antes que se apague: Memória, Patrimônio e Identidade da Paraíba**. 1. ed. Recife: INNOVA, 2013. v. 3000. 56p .

HISTÓRIA. Prefeitura municipal de Sumé. Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/historia/> Acesso em: 13 jul. 2021.

INCÊNDIO atinge a Catedral de Notre-Dame, em Paris. G1, 15 de abril de 2019.

Disponível em:

<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/04/15/fogo-na-igreja-de-notre-dame-em-paris-e-relatado-em-redes-sociais.ghtml> Acesso em: 07 set. 2021.

INCÊNDIO em Notre-Dame: o que se sabe sobre a tragédia que consumiu catedral em Paris. BBC, 15 de abril de 2019.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47939068> Acesso em: 07 set. 2021.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

MECANISMO de um Processo de Tombamento. Instituto do Patrimônio Histórico e artístico do estado da Paraíba. Disponível em:

<http://iphaep.pb.gov.br/mecanismo-de-um-processo-de-tombamento> Acesso em: 12 jul. 2021.

MENESES, José Newton Coelho. **História & turismo cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MENINO Artífice. Direção de Ana Célia da Silva Gomes. Campina Grande: UEPB, 2010. (15 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=izuE-mp3ObU>
<https://www.youtube.com/watch?v=P6aaQs40Sk4>

MUSEU Nacional: Em 10 anos, fogo dizima ao menos 8 prédios com tesouros culturais e científicos do país. BBC, 3 de setembro de 2018.

Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45348664> Acesso em: 07 set. 2021.

NETO, Joaquim de Melo Azevedo. **Nos Interstícios da memória e do esquecimento: Paul Ricoeur e a escrita da História**. São Paulo, ANPUH, 2011.

OLIVEIRA, Jacquelline; JÚNIOR, Zito. **MIGUEL GUILHERME VIVE**. Monteiro: A União, 2007.

PAES, M.T.D.. **Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico**. Em: Bartholo, Roberto; Sansolo, Davis Gruber; Bursztyn, Ivan. (Org.). Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1ed.Rio de Janeiro, RJ. : letra e imagem. 2009.v. 1, p. 162-174.

Palmeira, M. B. **Igreja, Cidade e Patrimônio: a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Campina Grande – PB**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História)- Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2011.

PELEGRINI, Sandra C.A. **Patrimônio Cultural: consciência e preservação**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2ª Edição. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **MEMÓRIA E HISTÓRIA: AS MARCAS DA VIOLÊNCIA**. *Fênix - Revista De História E Estudos Culturais*, 3(3), 1-15, 2006. Recuperado de <https://revistafenix.emnuvens.com.br/revistafenix/article/view/806>

POLÍTICA de Patrimônio Cultural Material. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1837> Acesso em: 13 jul. 2021.

PREFEITURA de Sumé e Unicir se unem para revitalizar o Museu Miguel Guilherme. Prefeitura Municipal de Sumé, Sumé, 05 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/2021/04/prefeitura-de-sume-e-unicir-se-unem-para-revitalizar-o-museu-miguel-guilherme/> Acesso em: 23 jul. 2021.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RICARDO Coutinho homologa deliberação para tombamento de obras de Miguel Guilherme. Prefeitura municipal de Sumé. 10 de julho de 2017. Disponível em: <https://www.sume.pb.gov.br/2017/07/pinturas-do-artista-sumeense-miguel-guilherme-serao-tombadas-pelo-iphaep/> Acesso em: 15 jul. 2021.

RECONHECIMENTO de Bens Culturais. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/606> Acesso em: 12 jul. 2021.

SANT'ANNA, M. **A cidade-atração: a norma de preservação de áreas centrais no Brasil dos anos 1990** [online]. Salvador: EDUFBA-PPG-AU FAUFBA, 2017, 503 p. ISBN: 978-85-232-1871-3. <https://doi.org/10.7476/9788523218713>

SILVA, Elsa Peralta da. **Patrimônio e identidade: os desafios do turismo cultural**. Edições Universidade Fernando Pessoa, 2000.

SILVA, Giuslane Francisca da. **A memória coletiva**. Revista Aedos. 2016.v. 8, n. 18. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/aedos/article/view/59252/38241>

Acesso em: 06 Set 2021.

SCIFONI, S. (2019). **Conhecer para preservar: uma ideia fora do tempo**. *Revista CPC*, 14(27esp), 14-31.
<https://doi.org/10.11606/issn.1980-4466.v14i27espp14-31>

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. dos Santos. **A Formação do Professor de História e o cotidiano da sala de aula: entre o embate, o dilaceramento, e o fazer histórico**. In: Anais do II Encontro “Perspectivas do ensino de história”. São Paulo: FEUSP, 1996, pp. 115-128

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe e meu pai Risone e Geraldo por todo o apoio, carinho e incentivo. Agradeço à minha orientadora Márcia Albuquerque pela paciência e por toda assistência, no momento em que mudei de tema, em todas as correções e sugestões para a execução desse trabalho. Agradeço a Jacqueline Oliveira por ceder um dos exemplares de “Miguel Guilherme Vive” e por se oferecer a fornecer qualquer informação necessária. Agradeço a Ana Cristina Gomes pelas dicas e pela disponibilidade. Agradeço a meus amigos, que estiveram comigo incentivando a continuar a escrita, que me divertiram para tornar o trabalho mais leve. Agradeço a minha irmã Míria pelo apoio e dicas, por ter me incentivado a terminar o curso idem. Agradecimento especial aos meus companheiros e amigos de jornada da sociedade W.I.N.X que me ajudaram imensamente, inclusive quando ainda estava indecisa com o curso (fizeram até uma despedida nos primeiros períodos. Obrigada pelas cartas gente!!!): Amanda, Elias, Iven, Ismaell, Milena, Roberto, Ruhama e Thalles. Cada memória, cada experiência trocada, cada puxão de orelha, gratidão demais à sociedade secreta. Agradeço ao artista Miguel Guilherme por ter criado e se auto construído artista, que com seu jeito simples marcou e ainda marca, inspiração e motivo desse artigo. Agradeço também as mulheres que me antecederam e fizeram possível a escrita sobre Miguel Guilherme. Agradeço aos professores que me ofereceram desafios e fizeram um ótimo trabalho, vocês são essenciais à educação e para o curso de História. Agradeço a mim mesma por não ter desistido, mas principalmente a todos que me ofereceram palavras e conselhos para continuar quando o espírito desanima... foi uma jornada e tanto. Saúde para nós!